

Redução de meta fiscal para aumentar investimento ganha apoio de economistas

Por **Chico Santos | Do Rio**

Valor Econômico, 26.3.2013.

A proposta de reduzir o superávit primário das contas públicas, cuja meta para este ano é de R\$ 155,8 bilhões (3,12% do Produto Interno Bruto), como forma de assegurar ao governo mais recursos para investir em infraestrutura, há muito não é privilégio dos economistas de orientação keynesiana -seguidores do pensamento do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) -, embora o tamanho do corte ainda seja um divisor de águas, seja em relação aos chamados ortodoxos (adeptos do liberalismo econômico e de políticas fiscais austeras), seja entre os heterodoxos.

Os keynesianos André Nassif e Carmen Feijó, professores da Universidade Federal Fluminense (UFF), defenderam recentemente, em artigo publicado no **Valor**, "uma redução significativa do superávit" para forçar a aceleração dos investimentos. Nada muito diferente do que um dos principais economistas ortodoxos brasileiros da atualidade, Régis Bonelli, da Fundação Getulio Vargas (FGV) havia dito dois meses antes, em entrevista ao jornal: "Acho que se for o caso de relaxar um pouquinho as restrições fiscais para fazer investimentos, vale a pena".

Para outro economista ortodoxo, o consultor Raul Velloso, "a oportunidade que havia em termos de redução do superávit já passou. Ela foi usada para aumentar gastos correntes."

Qual o tamanho aceitável para o corte do superávit? Em entrevista, Nassif foi radical: "Quando nós [Nassif e Carmen Feijó] propomos que se reduza significativamente a meta de superávit primário, é reduzir mesmo e, se necessário, até mesmo incorrer em um pequeno déficit fiscal". Para o economista da UFF, o corte, financiado com aumento da dívida pública, duraria, no máximo, dois anos e teria que ser anunciado claramente, com todos os seus objetivos.

Ele ressalva que o período do déficit pode ser muito menor, de apenas "três a seis meses", o tempo necessário para que o esforço investidor do governo seja capaz de despertar o "espírito animal" dos empresários e esses reassumam a vanguarda dos investimentos, inclusive em infraestrutura.

Quanto à necessidade de emitir dívida para financiar o déficit, Nassif ressalta que foi esse mesmo recurso que a Índia utilizou, tanto na sua decolagem econômica, durante os anos 80, como para sair mais rapidamente da crise internacional de 2008. No caso brasileiro, o economista defende que o governo, para ser mais ágil, escolha investimentos menos sujeitos a entraves burocráticos, como os do setor de saneamento básico.

Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do Banco Central (BC) e atualmente chefe de departamento econômico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), embora

afinado com o campo ortodoxo, admite que "o Brasil pode dar-se ao luxo de ter um superávit menor", mas adverte que o país "não pode deixar de ter superávit".

Para Freitas, o superávit primário pode ficar "na casa dos 2%", número que, nas suas contas, "permitirá que a relação dívida pública líquida/PIB mantenha-se estável ou caindo lentamente".

Um saldo menor, no entendimento do economista da CNC, traria efeitos negativos, entre eles o de atrapalhar a própria política monetária, que tem no superávit um instrumento contracionista da taxa de juros. Outro bom motivo para a manutenção de um nível razoável de superávit, na visão de Freitas, é a ameaça inflacionária.

"Nós estamos vivendo um momento de dúvidas quanto à inflação. Ela está voltando." Para Freitas, os empresários só voltarão a investir se sentirem que há harmonia entre as políticas fiscal e a monetária. "O que está faltando hoje no Brasil é sustentabilidade das políticas", diz.

Alinhada com o campo heterodoxo, a jovem economista Laura Carvalho, 29, professora da FGV-SP, não só aprova a ideia de cortar o superávit, como considera que esse corte é um imperativo dos ganhos obtidos na redução do serviço da dívida pública graças à redução da taxa de juros básica (Selic) e, conseqüentemente, da taxa de juros implícita da dívida líquida do setor público.

"Se a economia crescer este ano 3%, o cálculo indica que, mesmo com superávit primário de 2%, você mantém a dívida líquida na mesma proporção do PIB (pouco mais de 35%)", disse. Mesmo com essa visão, Laura acha que o governo está certo em estimular os investimentos pelo caminho de aumentar a taxa de lucro esperada pelos empresários, com medidas como as desonerações fiscais e reduções tarifárias. Atacar a demanda com mais investimento público seria agora ação complementar.

Velloso, um dos maiores estudiosos das contas públicas brasileiras, avalia que a hora já não é de o governo investir, até por não ter competência para isso, mas de estimular os investimentos privados em infraestrutura. Para ele, os empresários não investem, porque o governo quer fazer concessões com uma taxa de retorno irreal, em torno de 5,5%, quando essa taxa deveria ser pelo menos o dobro.